

## CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

*Relatório de Gestão 2011*

### Município do Porto acentua austeridade

#### Concessão de serviços a privados destrói postos de trabalho e sai mais cara aos portuenses

A análise aprofundada dos documentos apresentados pela coligação PSD/CDS referentes ao Relatório Gestão de 2011 e respectivos mapas de prestação de contas, **confirmam as principais críticas feitas pela CDU à gestão de Rui Rio e a necessidade de ruptura com a política de direita** levada a cabo por esta coligação que governa a cidade do Porto há mais de 10 anos.

Num contexto de agravamento da crise económica e social ao nível nacional e de políticas locais que conduziram à desertificação humana e económica do Porto, com a perda de 7 habitantes por dia nos últimos dez anos e o encerramento em catadupa de milhares de estabelecimentos do comércio tradicional e serviços de proximidade, **a coligação PSD/CDS acentua o empobrecimento da cidade juntando mais austeridade à austeridade.**

O resultado positivo propagandeado de 9,4 milhões de euros mostra isso mesmo. **Resultado obtido quase exclusivamente à conta da redução dos custos com o pessoal em 6,3 milhões de euros** e de correções nas amortizações acumuladas que levaram a uma redução do seu custo em 3 milhões de euros, como se pode verificar pela leitura da demonstração de resultados do Município.

**Resultado que podia ser posto ao serviço de mais investimento, nomeadamente ao nível da habitação, de mais serviço público e de mais e melhor apoio ao rendimento das famílias mais carenciadas.** Resultado que conjuntamente com uma capacidade de endividamento de 17,8 milhões de euros e a existência de 17,7 milhões de euros de receitas liquidadas e não cobradas, mostra que afinal há dinheiro para investimentos estratégicos para a cidade, como a requalificação do mercado do Bolhão, mostra que se poupa nos

trabalhadores e no desmantelamento dos serviços públicos municipais para continuar a garantir negócios a privados.

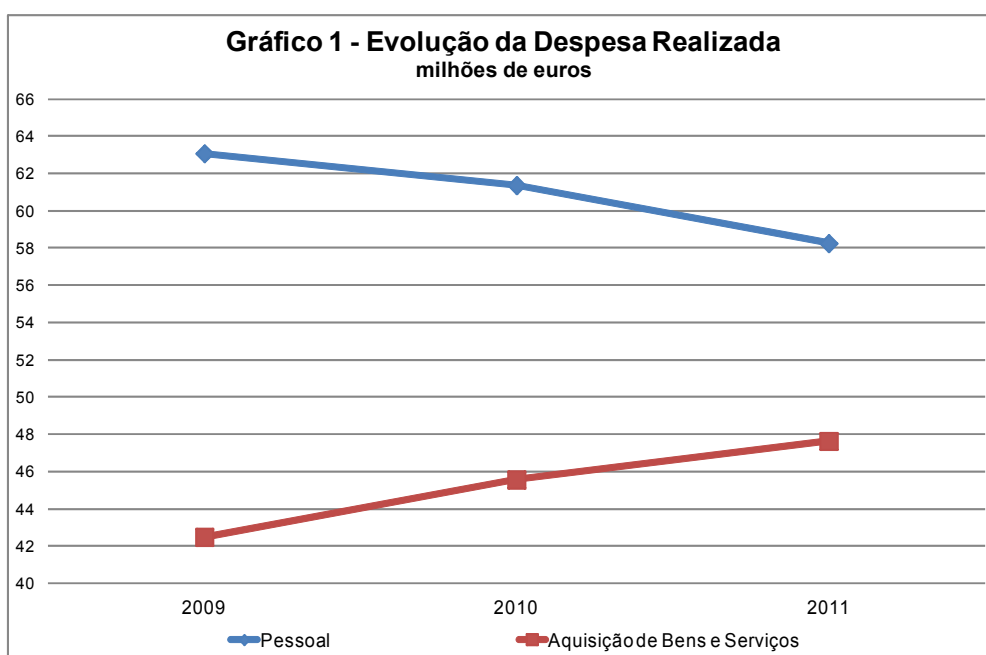
Os documentos apresentados confirmam a mistificação em torno do equilíbrio das contas públicas à custa da redução no investimento e no número, nas remunerações e nos direitos dos trabalhadores municipais, com a «ajuda» dos últimos orçamentos de Estado, quando ao mesmo tempo se aumenta o custo com as concessões de serviços municipais a privados e outras externalizações de serviços.

**Quadro 1 – Número de Trabalhadores do Município do Porto**

2009	2010	2011	Diferença 2011-2010		Diferença 2011-	
			Valor	%	Valor	%
2.783	2.725	2.632	-93	-3,4%	151	-5,4%

## Trabalhadores

Vejamos alguns números. **Entre 2010 e 2011, o número de trabalhadores do Município reduziu 3,4%, ou seja, menos 93 pessoas** (ver Quadro 1). Esta redução do número de efectivos, aliada aos cortes salariais e ao congelamento na progressão de carreiras, levou a uma diminuição acentuada nas despesas com o pessoal (ver Gráfico 1). Assim, as despesas pagas ao pessoal tiveram uma redução de quase 2,8 milhões de euros face a 2010 (-4,5%, ver Quadro 2).



Quadro 2 - Despesas Pagas, em euros

	2010	2011	Diferença	
			€	%
Pessoal	60.948.025,60	58.195.499,21	-2.752.526,39	-4,5%
Aquisição de serviços	35.087.166,50	39.901.963,43	4.814.796,93	13,7%
Estudos, consultadoria	890.791,01	1.301.076,93	410.285,92	46,1%
Outros Serviços Especializados	2.670.123,84	2.902.267,39	232.143,55	8,7%
Outros serviços (concessão limpeza)	17.360.506,82	18.985.726,34	1.625.219,52	9,4%
Transferências de capital DomusSocial	17.849.628,94	14.081.519,73	-3.768.109,21	-21,1%
Juros	3.386.406,56	3.778.372,97	391.966,41	11,6%
Venda de Imóveis	8.503.557,35	9.499.681,97	996.124,62	11,7%
Rendas Pagas	2.387.166,50	3.279.045,45	891.878,95	37,4%
Locações de Imóveis	1.592.863,45	926.183,43	-666.680,02	-41,9%
Hastas públicas de venda	2.032.600,00	4.100.000,00	2.067.400,00	101,7%
Rendas Recebidas	11.508.300,27	10.904.984,67	-603.315,60	-5,2%
Rendas dos Bairros Municipais	8.923.130,71	8.461.892,02	-461.238,69	-5,2%

Por outro lado, contribuindo para o aumento das despesas correntes, a rubrica de aquisição de bens e serviços tem vindo sistematicamente a aumentar nos últimos anos, nomeadamente devido ao aumento da aquisição de serviços. **As despesas pagas em aquisição de serviços externos tiveram um aumento superior a 4,8 milhões de euros (+13,7%), o que quer dizer que a concessão de serviços a privados traduziu-se num prejuízo de 2 milhões de euros para o Município,** o que seria superior se não fossem as já apontadas «ajudas» do orçamento de Estado ao nível da redução da despesa com o pessoal.

As despesas pagas em consultorias externas aumentaram 46,1%, os outros serviços especializados aumentaram 8,7% e os outros serviços, onde se inclui a concessão de 50% da limpeza urbana a privados, aumentaram 9,4%. **A CDU já tinha denunciado que a concessão da limpeza tinha sido um mau negócio para o Município, tendo custado mais 4,3 milhões do que o previsto,** com o prejuízo acrescido da cidade estar cada vez mais suja. Os documentos agora apresentados confirmam uma vez mais a justeza da denúncia da CDU. A execução anual das grandes opções do plano mostram um aumento do custo da concessão de quase 985 mil euros (10,7%), num contexto em que a recolha de resíduos indiferenciados e banais voltou novamente a reduzir-se 4,3% (1,1% em 2010, *ver Quadro 3*). A concessão da limpeza traduziu-se num bom negócio para os privados, sendo os portuenses e os trabalhadores municipais quem paga a factura.

Quadro 3 - Execução Anual das Grandes Opções do Plano, em euros

	2010	2011	Diferença	
			€	%
Habitação Social - DomusSocial, EEM	13.976.018,05	10.520.116,46	-3.455.901,59	-24,7%
Cultura&Lazer	2.246.295,07	2.145.197,32	-101.097,75	-4,5%
Rivoli	600.472,38	300.937,84	-299.534,54	-49,9%
Acção Cultural	129.682,38	80.105,00	-49.577,38	-38,2%
Concessão 50% da Limpeza Urbana	9.165.478,44	10.150.226,32	984.747,88	10,7%
Apoio a famílias e instituições	518.468,89	362.827,21	-155.641,68	-30,0%
Espaços Verdes Bairros Municipais	1.909.337,12	328.270,49	-1.581.066,63	-82,8%

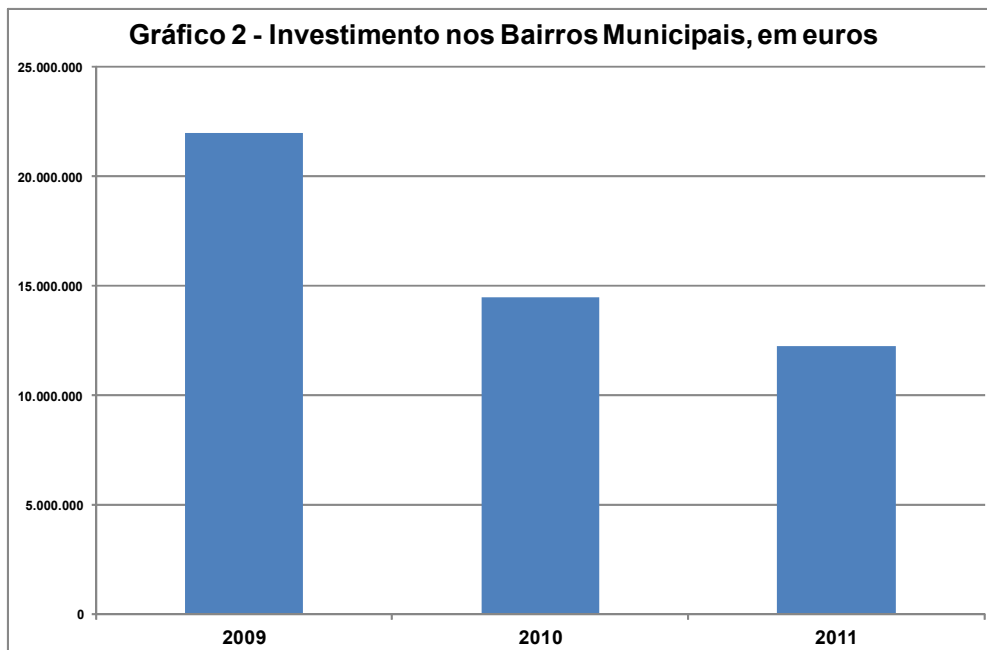
O mesmo se passa com o investimento estratégico em habitação, nomeadamente ao nível da requalificação dos bairros municipais. **Em 2011, o investimento em habitação efetuado pela DomusSocial, EEM, teve uma nova redução de 2,1 milhões de euros, 9,5 milhões de euros face a 2009 (ver Quadro 4).** É fácil de perceber que o investimento nos bairros municipais tem vindo a descer sistematicamente (ver Gráfico 2).

Quadro 4 - Investimento em Habitação - DomusSocial, em euros

	2009	2010	2011	Diferença 2011-2010		Diferença 2011-2009	
				€	%	€	%
Bairros Municipais	21.943.443	14.452.659	12.216.111	-2.236.548	-15,5%	-9.727.332	-44,3%
Outros	115.396	221.991	344.595	122.604	55,2%	229.199	198,6%
Total	22.058.839	14.674.650	12.560.706	-2.113.944	-14,4%	-9.498.133	-43,1%

Isto apesar de existirem muitos Bairros que nunca foram requalificados (por exemplo, o Bairro Rainha D. Leonor), outros que já foram e que estão novamente a precisar de intervenção (Bairro do Cerco e Bairro Machado Vaz, por exemplo) ou mesmo que receberam e precisam de correcções (como é o caso do Bairro Pinheiro Torres, de Fernão de Magalhães ou do Carvalhido), o que mostra também a fraca qualidade da requalificação efectuada nos últimos anos. Há ainda que referenciar a habitação social que tem vindo a ser destruída, deixando terrenos devolutos sem qualquer utilização ou projecto, como são exemplos o Bairro S. João de Deus e S. Vicente de Paulo. **Sublinhe-se o facto de haver centenas de casas devolutas no parque habitacional municipal.**

A conservação dos espaços verdes dos Bairros Municipais também sofreu uma redução de quase 1,6 milhões de euros, que se nota com a progressiva degradação destes espaços, o que implicará a prazo mais custos devido a maiores necessidades de investimento na sua requalificação. Conservação que depois de um primeiro falhanço das concessões a privados, volta agora a ser concessionada. **É de salientar também a redução do investimento global em parques e jardins de quase 1,9 milhões de euros.**



Há que salientar também o aumento da ineficiência do investimento das empresas municipais no seu conjunto, sobretudo da DomusSocial, EEM. O peso das despesas de funcionamento em cada euro investido volta a aumentar, passando dos 0,35 cêntimos por euro investido em 2010 para 0,36 cêntimos em 2011. Em 2009, este valor situava-se nos 0,26 cêntimos por euro investido.

Enquanto isso, na tentativa de cobertura da quebra verificada nas receitas correntes, aumentam-se os impostos indirectos e as taxas, multas e outras penalidades sobre os portuenses, agravando o custo de vida, ao mesmo tempo que se continua a delapidação do património municipal, com a venda do edificado e com uma política financeiramente irracional, entregando edifícios municipais a fundos imobiliários para depois os arrendar.

Os impostos indirectos tiveram um aumento de 18,3% face a 2010 (com a ocupação da via pública a ter um aumento de 28,3%) e as taxas, multas e outras penalidades tiveram um aumento de 41,9% (com as multas a terem um crescimento de 57,1%). Por outro lado, as transferências de capital tiveram um aumento de 120,2% (+6,2 milhões de euros), devido sobretudo às comparticipações dos fundos comunitários e dos fundos autónomos, com a venda de bens de investimento (sobretudo imóveis) a ter um aumento de 11,7%, com o valor das hastas públicas a duplicar para os 4,1 milhões de euros. A receita recebida da venda de bens de investimento rendeu quase 9,5 milhões de euros aos cofres municipais, em paralelo as rendas pagas pelo município tiveram um aumento de 37,4%.

Na verdade estes valores mostram que a quebra líquida verificada de 3,5 milhões de euros nas receitas fiscais foi compensada pelo aumento de 3,9 milhões de euros nas receitas de capital. Mostram também a política financeira danosa deste executivo, numa descapitalização e redução da autonomia do município no

futuro, para o cumprimento da sua missão de serviço público. As receitas de capital aumentaram 44,5% face a 2010, à custa da venda de activos, ou seja, uma receita extraordinária para cobrir parte do passivo, compensar a perda de receita corrente (-4,4%), nomeadamente ao nível da derrama e do IMT.

Em paralelo, as despesas de capital (o investimento) tiveram uma redução de 24,8% face a 2010, para dar cobertura ao aumento da despesa corrente em 3,9%. Despesa corrente que continua a aumentar apesar da redução continuada nos custos com o pessoal, devido ao custo das concessões a privados, que são cada vez mais onerosas para o município. **Esta é a tendência que se verificou nos últimos anos, este é o legado de Rui Rio e da coligação do PSD/CDS, reduzir a Câmara e a sua capacidade de intervenção a uma mera comissão de gestão dos interesses do grande capital que opera na cidade.**

Neste contexto, o peso da despesa corrente e das despesas de capital face às despesas totais, passa respectivamente de 68,2% em 2010 para 74,8% em 2011 e de 31,8% em 2010 para 25,2% em 2011, mesmo tendo em conta a compra dos terrenos do parque da cidade inscritos em 2010 (cerca de 19,9 milhões de euros).

Ao nível da reabilitação importa salientar a redução de 27,4% da comparticipação do Município ao abrigo do Programa RECRIA – regime especial de comparticipação na recuperação de imóveis arrendados (*ver Quadro 5*). Este facto teve como consequência uma redução de 57,1% nos edifícios reabilitados e de 16% no número de fogos reabilitados face a 2010. Nas verbas de reabilitação na Baixa também existe uma redução de 30% nas comparticipações de apoio a famílias e instituições.

**Quadro 5 - Participação do Município no programa Recria**

	2010	2011	Diferença	
			€	%
Valor em euros	500.000	362.800	-137.200	-27,4%
Prédios Intervencionados	35	15	-20	-57,1%
Fogos Intervencionados	106	89	-17	-16,0%
Obras Iniciadas	21	13	-8	-38,1%

A cultura também é outra área em que existe redução (*ver Quadro 3*). A execução anual das grandes opções do plano mostra uma redução de 4,5% na rubrica cultura&lazer. Relativamente à acção cultural que implica a participação em projectos de agentes culturais da cidade, apesar da despesa já ser cronicamente diminuta, esta sofre uma quebra de 38,2%, o que implicou a redução da programação cultural da cidade e dificuldades acrescidas à execução dos planos de actividades dos agentes culturais da cidade.

Contudo, há que salientar que os custos de operação do Rivoli se situaram nos cerca de 301 mil euros, quase metade do que se tinha verificado o ano passado e 57% menos que a média de 700 mil euros

suportados pelo Município com a sua concessão à empresa "Todos ao Palco" de Filipe la Féria. Estes números mostram o prejuízo para cidade dessa opção, não só ao nível da cultura na cidade, mas também em termos financeiros, tendo o Município, como na altura denunciámos, financiado directamente essa empresa privada. Recorde-se, a propósito, que até hoje, apesar dos múltiplos pedidos por parte da CDU, a coligação PSD/CDS nunca prestou contas dessa sua opção, sempre se tendo recusado a fornecer os elementos solicitados. Aliás, o mesmo se passa com o Circuito da Boavista, onde se continua a apontar o prejuízo directo de mais de 700 mil euros, mas também sobre o qual não existem contas claras, quer no Relatório de Gestão do Município, quer por parte da empresa municipal Porto Lazer. Isto para não falar do desvio de verbas de investimentos que servem os interesses do Circuito em prejuízo de outros mais prioritários para a cidade.

Como noutros anos, a despesa do Gabinete de Comunicação e Promoção volta a atingir valores elevados, cerca de 353 mil euros. Um peso excessivo, que apesar de ter ficado abaixo do orçado para 2011, teve mesmo assim um aumento de 282,3%! (sem ter em conta as despesas de pessoal). Isto significa que a despesa com este gabinete foi 16 vezes superior à do Gabinete de Estudos e Planeamento e quase 1,5 vezes superior à do Departamento Municipal de Fiscalização. Facto curioso, é que numa altura de reprogramação do QREN e tendo em conta a baixa participação do QREN no Município (3,5% da receita total do Município em 2011), o valor gasto com o município na preparação e gestão de candidaturas a financiamento externo, apesar de superior ao previsto, foi de 351,77 euros!

Em relação às empresas municipais seguiu-se também a mistificação dos resultados positivos e as mesmas tendências que se verificaram ao nível das contas da Câmara. Resultados obtidos mais uma vez à conta sobretudo da redução dos gastos com o pessoal, não só por via a redução do número de trabalhadores, mas este ano de 2011 com o reconhecimento do corte nos subsídios de férias dos trabalhadores municipais. Estes são os ganhos de eficiência propagandeados pela coligação PSD/CDS!

**Em relação à Águas do Porto, EEM ocorreu uma redução de 1.104 no número de clientes e uma redução de 0,7% da água facturada face a 2010.** Mas apesar disso o volume de negócios aumentou em 1,5 milhões, assim como a margem de lucro. Obviamente que esta situação se explica sobretudo pelo aumento das tarifas e pela alteração dos consumos por tarifa. O aumento das tarifas e redução dos custos das matérias consumidas significou um contributo para o resultado apresentado em cerca de um 1,9 milhões de euros. Por outro lado, reduziu-se em quase um milhão os gastos com o pessoal, para o qual contribuiu a redução do número de trabalhadores. É de sublinhar que a empresa perdeu 35 trabalhadores desde 2007, uma média de 7 por ano. Sem estes factores a empresa teria tido prejuízo, a que acresce que o gasto em fornecimento de serviços externos teve um aumento de 1,2 milhões de euros. **Os ditos ganhos de eficiência**

verificaram-se à custa do aumento das tarifas e das reduções no pessoal, novamente pagam a factura os portuenses e os trabalhadores municipais.

**Em relação à PortoLazer, EEM o dito resultado positivo deveu-se em parte à transformação da cobertura de prejuízos de anos anteriores por parte do Município em subsídio à exploração, em virtude do novo contrato programa.** A que acresce uma redução nos gastos com o pessoal, com uma redução de 14% nas renumerações e uma «poupança» de 247 mil euros. Ou seja, feitas as contas para poder comparar com o passado, no fundo a empresa teve um ligeiro aumento do prejuízo situando-se nos 2,1 milhões de euros. **Quanto à melhoria dos prazos de pagamentos a fornecedores e redução do passivo, esta deveu-se em grande medida a um factor irrepetível que foi a venda do complexo do Monte Aventino à Câmara, no valor de 5,5 milhões de euros.** Esta venda e o remanescente do valor utilizado pela cobertura de prejuízos por parte do município explica 95% da redução verificada no passivo corrente da empresa.

Ao nível da DomusSocial, EEM, verificou-se também uma redução nos gastos com o pessoal de 13,1% e no investimento de 17,9% face a 2010. O custo da estrutura aumentou face a 2010 por euro investido, de 0,18 para 0,20 cêntimos. A redução de 400 mil euros no pessoal (devida em parte à incorporação do corte no subsídio de férias) e o aumento dos juros recebidos (devido em parte às taxas de juro em 2011), explica o resultado líquido obtido pela empresa. **Esta nova redução do investimento em habitação social, ocorre num contexto em que em 2011 existiam 724 novos pedidos de habitação.**

Em relação à GOP, EEM, o resultado líquido positivo deveu-se sobretudo ao aumento dos juros credores na ordem de 44 mil euros e à redução dos gastos com o pessoal em 259 mil euros, tendo em conta a incorporação dos cortes no subsídio de férias e a redução do número de trabalhadores municipais.

Constata-se assim, que as Contas da Câmara Municipal do Porto de 2011, embora afectadas pela crise económica e social que se vive no País e na Cidade, resultam, principalmente, da incapacidade e das opções políticas que têm caracterizado a gestão da coligação PSD/CDS, com sérias consequências na vida dos Portuenses e no desenvolvimento económico e social do Porto.

As Contas provam, também, que ao contrário da gestão «rigorosa» de Rui Rio que tanto se apregoa, **há despesismo e má gestão em aspectos fundamentais, que podem condicionar, no futuro, a autonomia do Município,** e que o dito “equilíbrio” financeiro só é conseguido à custa da redução do investimento, da diminuição do número de trabalhadores municipais e do aumento dos sacrifícios das populações mais desfavorecidas. Um programa de austeridade à «moda do Porto», à medida dos interesses da coligação e nos aspectos fundamentais, lamentavelmente, viabilizado pelo Partido Socialista.

**Estes documentos confirmam, a pouco mais de um ano do final do seu último mandato, que a gestão pobre, pequenina, sem ambição, de Rui Rio e da coligação PSD/CDS, nos deixará uma cidade com menos**



comércio, com menos gente, desertificada e envelhecida. Rui Rio e os partidos da direita não ficarão na história do Porto por bons motivos.

**Mas o Porto saberá renascer.**

Face a esta apreciação, os eleitos municipais da CDU irão votar contra.

Porto, 30 de Abril de 2012